

Mediatecas escolares : Sinal menos na caderneta

José António Calixto*

1. Introdução

As bibliotecas escolares são geralmente reconhecidas, quer por bibliotecários quer por professores, como sendo um elemento fundamental de dois sistemas de um determinado país: o sistema educativo e o sistema de informação. Paradoxalmente, muitos estão também de acordo que elas são um dos elementos mais frágeis de ambos os sistemas.

Organizações internacionais de grande prestígio, como a UNESCO e a IFLA, têm inscrito este tema nas suas agendas e, ao longo dos últimos 15 anos, um importante conjunto de estudos e documentos tem sido produzido por especialistas e grupos de trabalho no seio destas organizações. Dois dos mais importantes são o **Manifesto da UNESCO sobre Mediatecas Escolares** e os **Princípios orientadores para o planeamento e organização de mediatecas escolares**. Estes e outros documentos constituem hoje um corpo teórico e um referente essenciais para o desenvolvimento dos serviços de mediateca escolar em qualquer país.

Será que estes princípios não têm aplicação prática em Portugal?

Aparentemente não, pois eles têm sido sistematicamente ignorados quer pelos responsáveis políticos quer pelos profissionais tanto do lado da educação como do lado das bibliotecas.

* Coordenador dos Serviços de Biblioteca e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal

Pessoalmente, é minha forte convicção que enquanto eles não forem minimamente atendidos, tudo o que neste campo se fizer no nosso país, será parcelar, constituirá remédio de resultados duvidosos, servirá interesses políticos momentâneos e a necessidade de apresentar estatísticas menos vergonhosas nas instâncias internacionais; não será concerteza contributo positivo para as bibliotecas escolares em Portugal.

Não defendo evidentemente a transposição pura e simples dos parâmetros e medidas propostos nem eles são elaborados com essa intenção. Estudos cuidadosos devem ser realizados e uma planificação cuidada deverá atender razoavelmente ao nosso ponto de partida, às nossas especificidades socioculturais e às nossas capacidades económicas. Não podemos usar o pretexto que os objectivos são demasiados ambiciosos e a fasquia está muito elevada para não definir objectivos nenhuns e caminhar no sentido oposto. O nosso problema é que não há nenhum estudo nem se faz qualquer planificação neste campo.

Penso por outro lado que só teríamos a ganhar se olhássemos para as experiências de outros países, sem complexos e sem dúvidas de colher o que de bom nelas fosse encontrado. Também aqui, exagerar as nossas peculiaridades só serve o imobilismo e empurra-nos cada vez mais para estarmos orgulhosamente sós, na cauda da Europa.

Muito ganharíamos se prestássemos um pouco de atenção à vizinha Espanha, afinal tão próxima de nós geográfica, económica e culturalmente. Ali, algumas experiências de cooperação entre professores e bibliotecários conseguiram despertar o interesse dos poderes públicos e alguns investimentos estão a ser bem canalizados para este campo.

A avaliação que faço da situação das bibliotecas escolares no nosso país é obviamente muito negativa. Por seu lado, o concurso para o desenvolvimento das mediatecas escolares pouco mais fez do que introduzir o modismo do termo e fazer ligeiras operações de cosmética em algumas escolas. Durou dois anos e, subitamente, sem qualquer avaliação, como é costume, foi substituído por outro. Porquê? O que vem a seguir será melhor?

Em vez deste fogo-fátuo melhor andariam o Governo e o Ministério da Educação se atendessem às recomendações internacionais, se atendessem às experiências de outros países, se ouvissem atentamente os profissionais de ambos os sectores envolvidos, e se, com coragem, lançassem mãos a um verdadeiro Programa para o desenvolvimento de uma rede de bibliotecas escolares, a exemplo do que já foi feito para as bibliotecas públicas.

Uma última questão de ordem terminológica. Não me preocupa particularmente, em termos teóricos, a distinção rigorosa que alguns querem fazer entre biblioteca, mediateca e centro de recursos, e é natural portanto que os termos sejam usados indistintamente ao longo desta comunicação. Só para desviar a atenção do essencial há quem privilegie esta discussão. Para mim é pacífico que os suportes da informação na biblioteca são hoje diversificados, multimedia portanto, mas isso não nos obriga a crismar a instituição. Por outro lado, ninguém - queira ou não - deixa de produzir informação quando frequenta a biblioteca; basta papel e lápis e talvez nem seja preciso tanto...

2. Fundamentos

Nas duas últimas décadas de anos o serviço de biblioteca escolar tem sido motivo de preocupação de muitos bibliotecários e professores por todo o mundo. Muito trabalho tem sido desenvolvido em alguns países, dele tendo resultado um corpo consistente de princípios, métodos e programas, que foram aprovados e adoptados por altas instâncias internacionais, como a UNESCO e a IFLA; estes documentos têm levado os governos de alguns países e regiões a tomar medidas positivas neste campo. Debruçar-me-ei de seguida sobre alguns deles.

2.1. O Manifesto da UNESCO sobre as Mediatecas Escolares

Este **Manifesto** resulta de um processo relativamente longo e muito participado que teve o seu início em 1976 na Austrália. Um seminário sobre Planeamento e Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares, promovido pela Comissão Australiana da Unesco, recomendou a este organismo da ONU a preparação de um "Manifesto das bibliotecas escolares", à semelhança do *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*.

A Associação Australiana de Bibliotecas Escolares elaborou um primeiro projecto que foi enviado pela Comissão Nacional Australiana para o Secretariado da UNESCO em Outubro de 1978. Em 1980, em Manila, um encontro da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA discutiu e aprovou o projecto, que nesse mesmo ano viria a ser confirmado como documento oficial da UNESCO.

O **Manifesto** começa por afirmar "que os serviços de mediatecas escolares são essenciais para uma efectiva educação de todas as crianças e adolescentes".

Em seguida são estabelecidos os objectivos das mediatecas escolares, que nesta perspectiva ultrapassam largamente o tradicional apoio às actividades curriculares, visando em termos gerais "fornecer aos estudantes as capacidades básicas para obter uma vasta gama de recursos e serviços" e ainda "conduzi-los para o uso constante das bibliotecas ao longo da vida, para divertimento, informação e educação contínua".

A prossecução destes objectivos pressupõe a afectação de recursos, que não podem ser minimizados sob pena de falhanço. Os recursos reportam-se ao pessoal, colecções e espaço físico. As mediatecas escolares deverão:

- "- dispor de pessoal com qualificações em educação e biblioteconomia, assistido por um número suficiente de pessoal de apoio;
- " - possuir uma colecção adequada de materiais impressos e audiovisuais;
- "- dispor de condições de espaço físico para receber recursos, assegurar acessos e facilitar serviços".

O Manifesto faz ainda uma enunciação pormenorizada dos requisitos a que devem obedecer os serviços; citemos apenas o seguinte, que diz respeito à própria essência do conceito de mediateca escolar:

"Os serviços deverão proporcionar uma grande variedade de materiais impressos e audiovisuais. Estes materiais precisam de ser avaliados, seleccionados, adquiridos e organizados para uso, de acordo com os preceitos reconhecidos para facilitar o acesso, assegurar o uso e evitar a desnecessária duplicação de materiais."

2.2. Princípios orientadores para o planeamento e organização de mediatecas escolares (Guidelines for the planning and organization of school library media centers)

Estes **Princípios** foram produzidos nos termos de um contrato entre a UNESCO e a IFLA e são da autoria da Dra. Frances Laverne Carrol, professora no Nedlands College of Advanced Education (Australia), presidente da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA, e da Dra. Patricia F. Beilke, da School of Library Science, Kansas State College, Emporia, Kansas (U.S.A.), presidente da Comissão de Pesquisa e Estatísticas da Associação Internacional de Biblioteconomia Escolar.

Conforme é assinalado no prefácio, os **Princípios** descrevem "o papel e o funcionamento de uma mediateca escolar na sociedade dos nossos dias, do ponto de vista que os seus programas deveriam mudar continuamente para fazer face às novas procuras e necessidades na comunicação de factos, ideias e conceitos".

Ao longo de cinco capítulos, são discutidos os fundamentos teóricos do serviço de mediateca escolar, e são estabelecidos padrões para o seu funcionamento em termos de espaço e equipamento, recursos humanos e de informação. (*Vide Anexo II*)

No que diz respeito ao espaço, são definidas as diferentes áreas funcionais do espaço a afectar ao serviço, e são dadas indicações sobre o tamanho dessas áreas. A título de exemplo, as indicações para escolas com mais de 500 alunos (a maioria das nossas escolas do 2o. e 3o. ciclos e secundárias) são de 279 m² só para as salas de leitura, visionamento e audição, 120 m² para uma área de produção, num total de 575 m². Nas escolas com um número de alunos situado entre os 251 e os 500 a área total indicada é de 463 m², e nas escolas com menos de 250 alunos é de 158 m².

No que diz respeito aos recursos de informação as indicações são as seguintes para escolas com mais de 500 alunos: Colecção inicial de livros, sem considerar qualquer documentação audiovisual, 6.000; acréscimo anual de itens, incluindo aqui documentação impressa e audiovisual, 2.250. No final de um programa de crescimento de dez anos, a meta indicada para uma escola deste tamanho é um fundo documental de 26.250 itens.

Igualmente são estabelecidos padrões em termos de recursos humanos, que apontam para o seguinte: pessoal profissional, 2; pessoal de apoio, 4; o que dá um total de 6 pessoas para uma mediateca de uma escola com mais de 500 alunos. O perfil deste pessoal é igualmente descrito. Não nos alongaremos com grandes citações; vejamos apenas o que é recomendado acerca do pessoal profissional:

O pessoal especialista em mediateca escolar deverá ser capaz de fazer o seguinte:

** discutir as funções da educação e dos media na sociedade e numa dada comunidade;*

** apoiar o desenvolvimento curricular;*

** identificar e utilizar as várias teorias e métodos de educação;*

** estudar as necessidades educacionais e interesses dos utilizadores;*

** analisar actividades e recursos comunitários*

** conhecer os recursos das bibliotecas, municipais, regionais e nacionais;*

** administrar um programa de mediateca escolar, incluindo o seguinte:*

- planejar fins e objectivos com administradores e professores;

- recomendar políticas aos administradores para adopção pelos corpos governamentais;

- seleccionar, adquirir, e organizar materiais e equipamento;

- supervisionar o pessoal técnico, administrativo e voluntários;

- avaliar e planificar mediatecas escolares;

- recuperar e distribuir informação nas formas necessárias aos utilizadores;

- informar e instruir professores e alunos sobre os usos dos materiais e equipamento para os seus interesses curriculares e outros;

- encorajar os professores e alunos ao uso dos materiais da biblioteca, os da mediateca escolar e de outras bibliotecas;

- demonstrar as possibilidades de uso dos media;

- avaliar, analisar, e interpretar o conteúdo dos media para as necessidades dos utilizadores;

- gerir sistemas de recuperação e referência, incluindo a partilha de materiais com outras bibliotecas e centros de informação;

- projectar a produção de materiais;

- analisar informação para fins de gestão e investigação;

interpretar os programas da mediateca escolar para os utilizadores e a comunidade;

- participar em reuniões profissionais.

Como se vê a lista é exaustiva e prefigura um verdadeiro especialista em informação e em educação, ou, por outras palavras o responsável pela mediateca deverá ter simultaneamente formação profissional em educação e em biblioteconomia, como aliás é defendido em muitos outros textos da UNESCO.

2.3. Projecto piloto da Região do Pacífico Sul para o desenvolvimento das bibliotecas escolares : programas de formação para professores

Este documento consta de dois cursos, especificamente desenhados para uso em programas de formação para professores e professores-bibliotecários na Região do Pacífico Sul, como parte do Projecto Piloto para o Desenvolvimento das Bibliotecas Escolares, financiado pelo Programa Geral de Informação e UNISIST, da UNESCO, mas são de aplicação universal.

O 1o. curso destina-se a todos os professores, e é sobre o uso de recursos de informação e bibliotecas por professores. Tem uma duração de 50 horas e é sugerido um desenvolvimento de 2 horas por semana ao longo do ano. Os conteúdos do curso são os seguintes: 1. O professor precisa de informação e de recursos; 2. O professor usa recursos no ensino e aprendizagem; 3. O professor usa bibliotecas de uma forma eficaz; 4. O professor localiza informação; 5. O professor produz recursos de informação; 6. O professor apoia os alunos no uso dos recursos de informação; 7. O professor encoraja a leitura por prazer.

O 2o. curso destina-se a professores em formação inicial que desejam privilegiar a biblioteconomia escolar no seu curso de formação, tem uma duração de 220 horas e é orientado para a formação básica de um professor-bibliotecário no ensino primário e secundário. O desenvolvimento sugerido é de um seminário de 2 a 3 horas por semana durante três anos académicos.

Os conteúdos deste curso são os seguintes: 1. O papel dos recursos de informação no ensino e aprendizagem; 2. Recursos e serviços de informação; 3. A biblioteca escolar, uma panorâmica; 4. Selecção e avaliação de recursos de informação para as escolas; 5. Usando recursos de informação; 6. A biblioteca escolar, organização e gestão.

É neste último ponto que são desenvolvidas as técnicas biblioteconómicas e são tratadas as questões essenciais do funcionamento da biblioteca escolar enquanto biblioteca.

A 3a. unidade desenvolve num ponto o tema "pessoal da biblioteca escolar" e diz sobre o bibliotecário escolar:

"O papel do bibliotecário escolar é primeiramente o de um educador, tanto nos aspectos formais como informais da educação. Apesar de poder não operar numa sala de aula tradicional, é mesmo assim um professor. Planeia situações de aprendizagem na biblioteca escolar; apoia os estudantes na aprendizagem; selecciona recursos de informação relacionados com as aulas e mostra a professores e estudantes como usar estes recursos no ensino e aprendizagem. Os bibliotecários escolares são também responsáveis por uma efectiva administração e organização da biblioteca escolar."

Tornar-se-ia fastidioso e pouco produtivo continuar com este tipo de citações, apesar de serem muitos, variados e de níveis diversificados os documentos produzidos, nomeadamente no âmbito das organizações já referidas. A este propósito chamo a atenção para a bibliografia e particularmente para os documentos da série PGI, nomeadamente **Teachers, information and school libraries, Educating information users in school, Instructional materials for developing information concepts and information handling skills in schoolchildren : an international study**.

O que quis deixar bem claro é que há estudos internacionais de grande qualidade, feitos por especialistas, no âmbito de organizações internacionalmente prestigiadas no campo da educação, ciência e cultura. No meu entender nada de sério pode ser feito no campo das mediatecas escolares se estes estudos não forem minimamente tidos em conta.

3. Realidades

A situação das bibliotecas escolares é geralmente reconhecida em todo o mundo como sendo a mais problemática, em relação a todos os outros elementos dos sistemas nacionais de bibliotecas. Por outras palavras as bibliotecas escolares têm sido e continuam a ser o parente mais pobre do conjunto das bibliotecas de um país. Virginia Berkeley escreveu a este respeito:

"As bibliotecas escolares em escolas secundárias são uma das formas mais comuns que assumem as bibliotecas em todo o mundo, no entanto são também provavelmente uma das menos planificadas e coordenadas, pois, até muito recentemente, as bibliotecas escolares têm sido ignoradas pelo conjunto dos profissionais das bibliotecas" (1)

Não nos deteremos na busca das causas desta situação, não deixando no entanto de observar que ela não é exactamente idêntica em todo o mundo, e que embora sem desmentir a realidade atrás afirmada, países há onde a tomada de consciência deste estado de coisas há já muitos anos e uma preocupação séria de alguns bibliotecários e de responsáveis pela educação têm originado progressos significativos.

Na base destes progressos estão vários factores:

1. A tomada de consciência da importância da informação nas sociedades contemporâneas: *"A informação, definida como o conhecimento em forma comunicável, é reconhecida hoje como um dos principais requisitos do desenvolvimento. Na verdade, a capacidade para armazenar e usar dados, informação e conhecimento é uma das características mais importantes e essenciais ao ser humano"*. (2)

2. Novas perspectivas sobre a aprendizagem. *"... aprender significa uma aproximação, tanto ao conhecimento como à vida, que sublinha a iniciativa humana. Compreende a aquisição e prática de novas metodologias, novas capacidades, novas atitudes, e novos valores necessários à vida num mundo em mudança. Aprender é o processo de preparação para lidar com novas situações."* (3)

3. O esforço de alguns profissionais dedicados do campo da educação e da biblioteconomia, que têm sabido juntar esforços encontrar formas de cooperação e de fazer ouvir a sua voz junto das instâncias governamentais.

Um pouco de todo o mundo vão chegando notícias de organismos e acontecimentos que indiciam importantes transformações no panorama da biblioteconomia escolar. Obviamente os países que mais atenção prestam às bibliotecas escolares são também os países com uma maior tradição bibliotecária, nomeadamente os de raiz anglo-saxónica: Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

Não abordarei estas realidades para não me alongar demasiado. Não posso deixar de frisar, no entanto, que algumas queixas encontradas, algumas análises menos favoráveis, situações reconhecidas como incorretas, tudo isto deve ser relativizado num conjunto de serviços que têm já uma grande tradição, integrados num ambiente geral muito favorável ao serviço de bibliotecas, e que se encontra na verdade a uma grande distância do que se passa entre nós.

Olharei apenas com um pouco de pormenor para uma realidade que nos é geográfica e culturalmente muito próxima, que é a dos nossos vizinhos espanhóis.

Não há, tal como entre nós, uma política nacional para as bibliotecas escolares, como assinalava Monica Barò, num recente artigo na revista *"Education y biblioteca"*: *Na actualidade não existe um marco legislativo em que se contemple a criação deste tipo de bibliotecas (...). E se este vazio legislativo é grave, mais grave é ainda a falta de uma política de criação de bibliotecas por parte dos organismos competentes em matéria de educação.* "(4)

A autora deste artigo acentua ainda que têm sido feitos investimentos relativamente grandes na compra de material bibliográfico e que se corre o risco de eles se revelarem inúteis pela referida inexistência de um plano nacional, e mais concretamente pela falta de bibliotecários nas escolas e falta de programas para o desenvolvimento do uso da informação.

Contudo, o interesse pelo assunto é grande entre alguns grupos de professores e bibliotecários, multiplicando-se cursos e seminários, onde as questões são debatidas, e que formam, embora sumariamente, os professores que se dispõem a trabalhar em bibliotecas escolares.

Particularmente de realçar é a existência de duas associações de professores e de bibliotecários, com sedes em Barcelona e em Madrid. Estas associações apontam caminhos de inovação e conseguem já desenvolver grande actividade, tendo conseguido atrair o apoio financeiro por parte de entidades governamentais.

Na Catalunha, a **Associació Servei de Biblioteques Escolars L'Amic de Paper** desempenha desde 1984 um papel fundamental no desenvolvimento deste tipo de bibliotecas.

Criada por professores, bibliotecários, pedagogos, e psicólogos, é hoje uma entidade particular aberta a colaborações diversas, e apoiada pelo governo regional. As suas actividades são muito diversificadas, girando em torno do apoio às bibliotecas escolares nas suas diversas vertentes: formação de pessoal, apoio na avaliação das obras e constituição dos fundos documentais, no tratamento técnico documental, e em actividades de animação nas escolas. Um aspecto altamente inovador e de grande valor é o fornecimento (venda) às escolas dos livros com todo o tratamento documental já feito, forrados com plástico e preparados para o empréstimo, e ainda das fichas para a constituição de catálogos. Publica ainda um jornal mensal "Full Informatiu", que serve de ligação com as escolas apoiadas e fornece indicações técnicas de grande valia.

Não é seguramente alheio a este trabalho o facto de ser a Catalunha provavelmente a região de Espanha onde as bibliotecas escolares estão mais avançadas. Um estudo recente indicou, entre outras coisas, que 92% das escolas públicas possui uma biblioteca organizada, com uma média de 2000 documentos cada uma, 81% faz empréstimo domiciliário, e 74% tem os fundos parcial ou totalmente catalogados. (5)

Em Madrid, existe uma associação de características semelhantes chamada **Education y Biblioteca**, que publica uma excelente revista mensal, a cores, "*Educacion y biblioteca : revista mensual de documentacion y recursos didacticos*".

4. Apagada e vil tristeza

Depois de ter referenciado produção teórica e documentação fundamental, e de ter traçado uma muito breve panorâmica da situação das bibliotecas escolares a nível internacional, é agora altura de olhar com um pouco de atenção para a realidade portuguesa.

Os responsáveis pela educação no nosso país têm reconhecido o papel das bibliotecas escolares, mas infelizmente este reconhecimento não tem conduzido a resultados práticos visíveis, não se tendo ainda percebido a necessidade de um programa de âmbito nacional para o desenvolvimento deste serviço.

Professores e bibliotecários, por sua vez têm repetidamente chamado a atenção para o assunto, mas ninguém ainda pegou na questão a sério, em termos de resolução prática, e uma prova insofismável disso é a virtual inexistência do Grupo de Trabalho respectivo no âmbito da BAD. Igualmente não é do meu conhecimento a participação de nenhum português, a título individual ou em representação de organismos oficiais ou profissionais, na respectiva secção da IFLA ou em seminários ou reuniões internacionais que se têm realizado sobre este tema.

Do lado do Ministério da Educação a ineficácia é ainda maior. Discursos, declarações de intenção, uma ou outra peça legislativa, o sofisma que foram os concursos no âmbito do PRODEP, nada disto esconde a situação de profundo marasmo em que vegeta a esmagadora maioria das bibliotecas escolares no nosso país.

Não há sequer estudos sobre o assunto, e as ideias gerais resultam de opiniões expressas por professores, na imprensa ou em encontros que uma vez por outra se vão realizando.

Luis Cabral cita as opiniões dos participantes num curso para professores encarregados de bibliotecas escolares, realizado em Lisboa pela Direcção-Geral do Ensino Secundário, em 1977. Eles caracterizaram a situação do seguinte modo:

- "- Insuficiência ou inexistência de instalações;*
- Inadequação de locais (dimensão, ambiente e iluminação);*
- Utilização da sala da biblioteca para actividades que nada têm a ver com a biblioteca;*
- Equipamento deficiente (falta de estantes e material adequado; falta de material de reprografia);*
- Insuficiência de material bibliográfico (de tipo curricular e recreativo);*
- Não preparação de pessoal (professores encarregados e pessoal auxiliar);*
- Insuficiência do horário de professores encarregados;*
- Inadequação do horário da biblioteca às necessidades da população escolar;*
- Problemas de falta de verbas e de apoio técnico."*

Sublinhe-se que este texto é de 1977, e foi produzido portanto antes da aprovação do **Manifesto da Unesco**. Não se pode dizer portanto que a constatação de problemas não é já antiga.

No texto de Luis Cabral que cito, escrito em 1984, são já propostas soluções para alguns problemas mais graves, nomeadamente para a falta de pessoal. Constata-se a necessidade de dignificar e dar condições ao professor responsável e a necessidade de organizar equipas de apoio de bibliotecários a nível regional, face à impossibilidade prática de dotar cada escola com um bibliotecário. Iguamente é defendida a necessidade de pelo menos um funcionário com formação técnica equivalente à de um técnico auxiliar de BAD.

Um grupo de mais de trinta professores, directamente ligados ao trabalho em bibliotecas escolares, reunidos num seminário no dia 23 de Maio de 1990 na Escola Secundária da Camarinha, em Setúbal, quando confrontado com estas conclusões, não hesitou em considerá-las perfeitamente actuais, e em subscrevê-las, tendo ainda acrescentado o seguinte:

*"Constata-se que em Portugal não são reconhecidas nem seguidas minimamente recomendações internacionais, nomeadamente as do Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Escolares.
Os problemas maiores são resumidamente os seguintes:*

- Não qualificação em biblioteconomia dos professores responsáveis, que, além disso, têm um horário reduzidíssimo (duas horas semanais) para o desempenho destas funções; insuficiência de pessoal de apoio que, igualmente, não dispõe de formação.
- Inexistência de verbas específicas para actualização de material impresso e, muito menos, audiovisual.
- Insuficiência, inadequação, ou mesmo inexistência de espaços físicos e impossibilidade de prestação de serviços fundamentais de apoio por falta de equipamento."

Estes mesmos professores elaboraram também nesta altura um **APELO** que, como todos os outros textos a que aludo, caiu em saco roto, isto é nos caixotes do lixo das entidades a quem se dirigia.

Este estado de coisas representa uma enorme fragilidade num ponto essencial do sistema educativo e também do sistema bibliotecário. É uma situação que nos coloca claramente fora da Europa, paradigma tão desejado e afinal tão longe em aspectos essenciais como este.

Foi da Europa que veio dinheiro para aquilo que poderia ter resultado em algo importante para alterar este panorama, se o Ministério da Educação tivesse sabido ou querido trabalhar correctamente. Refiro-me ao sub-programa Mediatecas Escolares, no âmbito do PRODEP, de existência triste e efémera, pois durou apenas dois anos e já está morto e enterrado. Poder-se-ia mesmo falar de um nado-morto, se dele não restassem ainda leves resquícios em algumas escolas do país.

5. Mediatecas escolares - sinal menos na caderneta

A primeira notícia do subprograma Mediatecas Escolares veio a público em Dezembro de 1989 no número 3 de *"GEPEDUCAÇÃO : boletim do gabinete de estudos e Planeamento do Ministério da Educação"*. Diga-se que se tratou de uma notícia muito animadora, pois o texto produzido na altura era cheio de boas intenções e fora obviamente escrito por alguém com formação e conhecimento no campo das bibliotecas escolares. Vale a pena citá-lo com algum pormenor.

"A leitura é factor determinante do sucesso escolar das crianças e a biblioteca escolar pode ter um papel importante não só na aprendizagem da leitura e da escrita, mas também na sensibilização e fixação de hábitos de análise e pesquisa. Ensinar é investigar e ensinar a investigar deve começar logo na escolaridade básica.

(...)

O Sub-programa 'Desenvolvimento de Mediatecas Escolares' tem assim, como objectivos específicos:

** levar os alunos a utilizar os recursos existentes de forma a contribuir para a auto-educação;*

** adaptar as bibliotecas escolares às novas necessidades de informação;*

** fomentar a aquisição de técnicas de investigação;*

** melhorar a qualidade da acção educativa, dando aos professores e alunos os materiais de que precisam.*

O desenvolvimento deste sub-programa passa naturalmente por várias etapas que permitem:

** caracterizar a situação em que se encontram as bibliotecas escolares a nível de instituições, a nível de recursos financeiros, a nível de recursos humanos, a nível de fundo documental, a nível de utilizadores, a nível de estatísticas de utilização, a nível de serviços prestados;*

** inventariar as necessidades de forma a definir um programa de operacionalização das bibliotecas escolares;*

** estabelecer contactos com organismos internacionais e nacionais implicados na problemática das bibliotecas escolares;*

** definir a rede de bibliotecas escolares;*

** equipar as escolas com bibliotecas escolares, gravadores de som, projectores de diapositivos;*

** informatizar a rede criada;*

** definir as ligações a outras redes de informação em educação ou outras."*

Os autores deste texto devem ter sido imediatamente afastados, pois nunca mais ninguém neste campo produziu algo semelhante ou actuou em conformidade.

A notícia seguinte foi a publicação intempestiva de um aviso noutra número do mesmo boletim, em que numa forma atabalhoada e com um prazo reduzidíssimo, se anunciava estar aberto concurso para a atribuição de subsídios no âmbito do Sub-programa de apetrechamento de Mediatecas Escolares. Sublinhe-se que nenhuma informação foi enviada directamente para as escolas e o boletim do GEP foi distribuído através da imprensa.

Os termos do concurso eram extremamente vagos e ambíguos em relação à realidade das nossas escolas. Para começar as escolas não poderiam concorrer sozinhas, tinham de encontrar uma outra entidade que fosse co-autora do projecto. Por outro lado pedia-se que fossem indicados os recursos humanos e financeiros postos à disposição do projecto pelas diversas entidades.

As dúvidas eram muitas e do outro lado do telefone que era indicado no aviso de abertura, localizado na Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, e supostamente conduzindo à Gestora Nacional do Sub-Programa, os esclarecimentos foram sempre poucas e desencontrados.

A pergunta "o que é uma mediateca escolar?" ninguém dava uma resposta cabal. O que poderia ou não ser previsto para aquisição variava de dia para dia, e acabou por resultar em prejuízos para algumas escolas, que não incluíram determinado equipamento nas suas propostas e viram esses equipamentos adquiridos por outras. A pergunta sobre "quem vai ser o responsável pela mediateca", feita por mim próprio à citada Gestora Nacional, foi-me respondido que isso já estava previsto na legislação e que havia um director de instalações com duas horas por semana para tratar desses assuntos. Não eram definidos parâmetros nem requisitos, não foi prestado nenhum apoio num campo onde se sabia claramente que as dificuldades iam ser grandes.

O concurso acabou por decorrer e passados alguns meses as escolas contempladas viram os seus orçamentos reforçados com algumas centenas ou milhares de contos para a "Mediateca Escolar" sem ninguém saber muito bem o que isso era.

Em 1991 a cena repetiu-se com alguns cambiantes e algumas agravantes. A primeira é que as condições de participação de "outras entidades" foram alteradas e foi estabelecida a obrigatoriedade de cada escola obter financiamentos exteriores da ordem dos 50% do valor total do projecto. Algumas escolas que levaram isto a sério desistiram à partida, outras lançaram-se numa degradante angariação de fundos nas entidades locais, a maior parte das vezes frustradas com a resposta mais que justa de que é ao Ministério da Educação que cabe equipar as escolas. A outra cambiante é que tendo o concurso decorrido em 1991, desde Setembro desse ano que está a ser dito pelo GEP às escolas que o dinheiro está já a caminho, e no momento em que escrevo não tenho ainda conhecimento de nenhuma escola ter já recebido o que ganhou em concurso público. Isto é um verdadeiro escândalo e tem de ser denunciado.

Para acabar de vez com estes concursos, o Ministério de Educação, pelo Despacho 175/ME/91, de 26 de Setembro, anuncia agora um "Programa de Apetrechamento das Escolas do Ensino Básico e Secundário", constituído por quatro sub-programas dos quais dois vêm à partida substituir o defuncto sub-programa das mediatecas: o sub-programa Biblos "destinado ao equipamento, apetrechamento e animação das bibliotecas escolares", e o sub-programa Mercúrio, destinado a equipar as escolas com "o equipamento audiovisual necessário às actividades lectivas e à formação dos docentes."

Não quero, no momento adiantar comentários a este despacho, mas já me habituei a não esperar do Ministério da Educação nada de bom no que diz respeito às bibliotecas escolares. Gostaria de sublinhar que o despacho apresenta dois aspectos para já positivos: considera a necessidade de serem "contempladas verbas destinadas à formação de recursos humanos" e de comissões coordenadoras para os diferentes programas e ainda a necessidade de garantir "uma distribuição equilibrada de recursos no âmbito nacional". No entanto boas intenções não bastam e a prática anterior não augura nada de bom para o futuro. Onde estão os estudos anunciados no boletim do GEP de Dezembro de 1989? O que foi feito para "caracterizar a situação em que se encontram as bibliotecas escolares"? E para "inventariar as necessidades de forma a definir um programa de operacionalização das bibliotecas escolares"?

6. Propostas

É razoável que seja perguntado, perante uma posição tão crítica em relação ao que tem sido feito pelo Ministério da Educação e também pelos bibliotecários neste campo, quais são as propostas que faço para alterar a situação.

A resposta a esta pergunta dou-a de três formas diferentes.

Em primeiro lugar que o Ministério da Educação estude, divulgue e aplique, com as necessárias adaptações, os trabalhos e recomendações que têm sido feitos no âmbito da IFLA e da UNESCO sobre o serviço de mediateca escolar, nomeadamente o **Manifesto** e os **Princípios**. Isto resultará obviamente na publicação de legislação adequada que enquadre todo um programa de alterações que é preciso realizar.

Em segundo lugar, que aplique os seus próprios textos e os princípios que enuncia, nomeadamente o que fez publicar no já citado boletim do GEP, em 1989.

Em terceiro lugar trancrevo uma parte do "Apelo", feito em Maio de 1990, e de que sou co-autor:

- 1. Que, no âmbito da BAD, do Ministério da Educação, da Biblioteca Nacional, do IPLL, ou de qualquer outro organismo com responsabilidades na área das bibliotecas e/ou da educação, sejam criados grupos de trabalho para estudar a questão, propor e desenvolver soluções;*
- 2. Que seja convocado - eventualmente por um destes grupos de trabalho - um Encontro Nacional sobre Bibliotecas Escolares;*
- 3. Que sejam dinamizadas acções de formação e de sensibilização para pessoal docente e não docente;*
- 5. Que nas escolas, a partir do próximo ano lectivo:*
 - a) sejam atribuídas mais horas de redução aos professores responsáveis, mediante a apresentação de um projecto de trabalho,*
 - b) que no orçamento anual da escola sejam reservadas verbas para o reforço dos fundos das bibliotecas,*
 - c) que seja disponibilizado, a tempo inteiro, pessoal auxiliar de apoio,*
 - d) que, em nenhum caso, a biblioteca seja ocupada com aulas ou outras actividades inadequadas à prossecução dos seus objectivos."*

7. Conclusões

No contexto de um congresso onde procuramos antever o que será a informação no ano 2000, e no âmbito de um estudo sobre mediatecas escolares, impõe-se como conclusão a necessidade premente de os que em Portugal são responsáveis pelo sistema educativo e pelo sistema de bibliotecas encararem bem de frente os problemas destas unidades de informação se não quisermos continuar a perder terreno em relação aos outros países europeus que pretendemos acompanhar.

A forma como em Portugal este sector tem sido encarado originou situações limite de inoperância e desagregação. Nem mesmo foi aproveitada convenientemente a oportunidade da adesão de Portugal às Comunidades Europeias que canalizou algum dinheiro para este campo. Ele foi gasto de uma forma desordenada, sem critério, sem uma perspectiva sistémica. Algumas mudanças pontuais que inevitavelmente se verificaram não podem esconder o falhanço global do Sub-programa para o Desenvolvimento de Mediatecas Escolares, que aliás foi já substituído por outro, sem ter havido qualquer tipo de avaliação. Estudos e projectos inicialmente anunciados nunca foram feitos.

Procurei mostrar - e penso tê-lo conseguido - que existem, produzidos por organizações internacionais de grande prestígio, documentos de trabalho que têm sido sistematicamente ignorados em Portugal quando, a nível macro, se planificam (ou antes não se planificam) as bibliotecas escolares. Trouxe testemunhos de países cuja experiência nos pode ser benéfica, se queremos acelerar o passo e acompanhar o mundo.

Para introduzir mudanças significativas neste campo é inadiável:

- * produzir estudos cuidadosos que nos digam qual é efectivamente a situação das bibliotecas escolares no país;
- * definir claramente as funções e componentes da biblioteca/mediateca escolar, quais os seus recursos físicos e humanos; publicar e fazer cumprir legislação adequada que enquadre o sistema;
- * lançar um programa para a constituição de uma rede de bibliotecas escolares, integrando essas bibliotecas no conjunto do sistema bibliotecário do país, e prevendo organismos de coordenação e controle;
- * formar professores prevendo por um lado a sua vertente de utilizador eficaz da biblioteca e por outro preparando um conjunto de professores especialistas para as gerir.

Notas

- (1) BERKELEY, 1983
- (2) UNESCO, PGI, 1984
- (3) BOTKIN, 1979
- (4) BARO, 1989
- (5) BARO, 1990

BIBLIOGRAFIA

- ***AMANTE**, Maria João ; **OCHOA**, Paula - "As bibliotecas escolares e a gestão da informação : situação actual e perspectivas", in CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 3, Lisboa, 1990 - **Actas**. Lisboa : BAD, 10. Vol, p. 63-74
- ***ARRIMAR**, Jorge - "Biblioteca escolar : sua importância na área do ensino". **Revista da Educação**. Macau, 2, Fev 1986, p 58-63
- ***BERKELEY**, Virginia A. - "National planning for school library development : some considerations". In PARKER, J. Stephen (edit.) - **Aspects of library development planning**. London : Mansell, 1983, p. 144-157
- ***BARO**, Mònica - "La biblioteca escolar en la escuela : una cuestión pendiente". **Education y biblioteca**. Madrid
- ***BARO**, Mònica ; **MANA**, Teresa ; **ROIG**, Anna M. - **Les biblioteques a les escoles públiques de Catalunya**. Barcelona : Deputació de Barcelona, 1990
- ***BIBLIOTECAS ESCOLARES : UMA EXPERIENCIA DE FORMACAO**. In ENCONTRO DE BIBLIOTECARIOS DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 6, Coimbra, 1978 - **Actas**. Coimbra : BAD, 1978, p 173-194
- ***BOTKIN**, James ; **EIMANDJARA**, Mahdi ; **MALITZA**, Mircea - **No limits to learning : bridging the human gap**. Oxford : Pergamon, 1979
- ***CABRAL**, Luís - **A biblioteca escolar : problemas e perspectivas de desenvolvimento**. Porto, 1988 (Separata de "Bibliotheca Portucalensis", 2a. S. (3) 1988, p. 71-81
- ***CABRAL**, Luís ; **REAL**, Manuel - **A biblioteca pública**. Lisboa : BAD, 1982
- ***CALIXTO**, José António - "Contra o bloqueio às bibliotecas escolares". **JL**, 299, 26 Mar 1988 - 4 Abr 1988, p.6-JE
- ***CALIXTO**, José António - "Projecto biblioteca : balanço de uma experiência na inovação". **O professor**, 119, Maio, 1989, p. 27-40
- ***CARROL**, Frances Laverne - **Recent advances in school librarianship**. Oxford : Pergamon Press, 1981
- ***CARROL**, Frances Laverne ; **BEILKE**, Patricia F. - **Guidelines for the planning and organization of school library resource centers**. Paris : UNESCO, 1979 (PGI-79/WS/17)
- ***DELANNOY**, Jean Pierre - **Guia para a transformação de bibliotecas escolares**. Lisboa : Horizonte, 1983
- ***ECO**, Umberto - **A biblioteca**. Lisboa : Difel, 1987
- ***FARIA**, Maria Isabel ; **PERICAO**, Maria da Graça - **Dicionário do livro**. Lisboa : Guimarães, 1988
- ***GASCUEL**, Jacqueline - **Um espaço para o livro**. Lisboa : Dom Quixote, 1987

- *HALL, Noele - **Teachers, information and school libraries**. Paris : UNESCO, 1986 (PGI-86/WS/17)
- *IRVING, Ann - **Educating information users in school**. London : British Library research and Development Department, 1983
- *IRVING, Ann - **Instructional materials for developing information concepts and information-handling skills in schoolchildren : an international study**. Paris : UNESCO, 1981 (PGI-81/WS/32)
- *IRVING, Ann - **Promoting voluntary reading for children and young people**. Paris : UNESCO, 1980
- *IRVING, Ann - **Starting to teach study skills**. London : Edward Arnold, 1982
- *JULIBERT, Josette - **Formar crianças leitoras**. Rio Tinto : ASA, 1989
- *LITTON, Gaston - **Como orientar o leitor na escola**. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1975
- *MATA, Marta - "La biblioteca escolar a Catalunya". **Perpectiva escolar**, 22 Fev 1978
- *MARLAND, Michael - **Information skills in the secondary curriculum : the recommendation of a Working group sponsored by the British Library and the Schools Council**. London : Methuen Educationa, 1981
- *MCLIHAN, Marshall - **A galáxia de Gutenberg : a formação do homem tipográfico**. São Paulo : Editora Nacional, 1977
- *MCGARRY, K. J. - **Da documentação à informação : um contexto em evolução**. Lisboa : Presença, 1984
- *MENDES, Maria Teresa Pinto - "Elementos básicos para a organização de bibliotecas escolares". **Cadernos de biblioteconomia, arquivologia e documentação**, 9 (3-4) Jul-Out 1972
- *NUNES, Luís Filipe de Abreu - **Como organizar uma pequena biblioteca**. Lisboa : BAD, 1987
- *PGI : **General Information Programme and UNISIST brochure**. Paris : UNESCO, 1984
- *PATTE, Geneviève - **Library work for children and young adults in developing countries**. New York : K. J. Saur, 1984
- *PESSOA, Ana Maria - "Que fazer das bibliotecas escolares?". **A informação em tempo de mudança**. V. 1, BAD, 1985, p.43-46
- *PRATES, Maria Cristina - **Noções de biblioteconomia**. Lisboa : FAOJ, 1985
- *SOUTH PACIFIC REGION PILOT PROJECT ON SCHOOL LIBRARY DEVELOPMENT : **TRAINIG PROGRAMMES FOR TEACHERS**. Paris : UNESCO, 1984 (PGI-84/WSW/13)
- *WEHMEYER, Lilian Bierman - **The school librarian as educator**. Littleton, Colorado, Libraries Unlimited, 1976
- *WOLF, Mauro - **Teorias da comunicação**. Lisboa : Presença, 1987

Manifesto da UNESCO sobre Mediatecas Escolares

A UNESCO e as Mediatecas Escolares

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada para promover a paz e a felicidade, agindo sobre o espírito dos homens e mulheres. O presente Manifesto proclama que os serviços das Mediatecas Escolares são essenciais para uma efectiva educação de todas as crianças e adolescentes, e que a educação é um agente vital na manutenção da paz e entendimento entre povos e nações.

SERVIÇO DE MEDIATECAS ESCOLARES

Um efectivo serviço de Mediatecas Escolares é essencial tanto para o programa educativo da escola como é uma componente necessária do conjunto de serviços de bibliotecas.

Um efectivo serviço de Mediateca Escolar deverá:

- dar apoio constante aos programas de ensino e aprendizagem e propiciar mudanças na educação;
- assegurar o máximo acesso a uma gama de recursos e serviços tão vasta quanto possível;
- fornecer aos estudantes as capacidades básicas para obter e usar uma vasta gama de recursos e serviços;
- conduzi-los para o uso constante das bibliotecas ao longo da sua vida, para divertimento, informação e educação contínua.

Para alcançar estes objectivos, as Mediatecas Escolares deverão:

- dispor de pessoal com qualificações profissionais em educação e biblioteconomia, assistido por um número suficiente de pessoal de apoio;
- possuir uma colecção adequada de materiais impressos e audiovisuais;
- dispor de condições de espaço físico para receber recursos, assegurar acessos e facilitar serviços.

EXTENSÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão proporcionar:

A) Uma grande variedade de materiais impressos e audiovisuais. Estes materiais precisam de ser avaliados, seleccionados, adquiridos e organizados para uso, de acordo com os procedimentos reconhecidos para facilitar o acesso, assegurar o uso e evitar a desnecessária duplicação de materiais.

A palavra impressa tem sido tradicionalmente aceite como meio para a comunicação registada do conhecimento, ideias e informação. Livros, periódicos e jornais continuam a ser os recursos mais importantes das bibliotecas escolares. Contudo, a tecnologia criou novas formas de registo que se transformaram numa parte crescente do acervo das bibliotecas escolares. Estas formas incluem a impressão em formas reduzidas para armazenamento compacto e transporte, filmes, diapositivos, discos, fitas magnéticas áudio e vídeo, objectos, pacotes multimedia.



B) Materiais que sirvam as necessidades especiais de crianças sobredotadas e das lentas na aprendizagem, bem como as necessidades especiais de crianças aprendendo em condições adversas.

C) Instalações, equipamento e materiais tanto para uso individual como em grupo.

D) Oportunidades para a satisfação pessoal, divertimento e estímulo da imaginação.

E) Recursos para encorajar a pesquisa e o desenvolvimento de capacidades de estudo.

F) Materiais para a formação profissional dos professores e para a selecção e produção de recursos para apoio do desenvolvimento curricular, programação e avaliação.

PARTILHANDO RECURSOS

Este Manifesto reconhece que o envolvimento de toda a comunidade no planeamento do conjunto dos serviços bibliotecários é essencial. Tal envolvimento deveria harmonizar todos os grupos envolvidos. O seu primeiro objectivo é satisfazer as necessidades de estudantes e professores; contudo a Mediateca Escolar deve ser considerada como um elemento da rede de bibliotecas que pode contribuir para o serviço total de bibliotecas da comunidade nos termos dos seus recursos.



ORIGENS DO MANIFESTO

Em Agosto de 1976, a Comissão Australiana da UNESCO promoveu um seminário sobre Planeamento e Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares. Uma das recomendações desse seminário dizia respeito à preparação de um "Manifesto das Bibliotecas Escolares" semelhante ao "Manifesto das Bibliotecas Públicas", da UNESCO.

Este documento é baseado num esboço preliminar de manifesto que foi preparado para a Comissão Nacional Australiana de Bibliotecas Escolares, e enviado para o Secretariado da UNESCO pela Comissão Australiana da UNESCO, em Outubro de 1978. Esta questão foi debatida no Encontro da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA, em Manila, em 1980, e recebeu aprovação e apoio unânimes. A confirmação final do MANIFESTO como documento oficial da UNESCO teve lugar em 1980.

A implementação deste MANIFESTO pode ser apoiada pela utilização das Guidelines for Planning and Organization of School Library Media Centers, desenvolvidas sob os auspícios da Secção de Bibliotecas Escolares, IFLA, 1979, que estão disponíveis na UNESCO - Division of PGI, 7 Place de Fontenoy, 75700 Paris, France.

APPENDIX 2

TABLE 1

MINIMUM STAFF FOR A SCHOOL LIBRARY MEDIA CENTRE

Number of Students in School	Professional Staff	Support Staff	
		Clerical	Technical
1 - 250	0.5*	1.0	
251 - 500	1.0	1.0	1.0
500 - above	2.0	2.0	2.0

* The time of the professional staff member should never be less than 0.5 in schools of 250 students or less. The time of the professional staff member in the library media centre should be timetabled in such a way that it is possible to develop media programmes with students and teachers at various times in the day.

TABLE 2

RECOMMENDED GROWTH RATE OF A COLLECTION

Number of Students in School	Initial Book Collection*	Annual Additions of Items (3 per student)**	Total at End of 10-Year Growth Period
1 - 100	1,200	300	3,900
101 - 200	2,400	600	7,800
201 - 300	3,600	900	11,700
301 - 400	4,800	1,200	15,600
401 - 500	6,000	1,500	19,500
500 - above	6,000	2,250	26,250

* These figures represent only books (including reference) and any audio-visual materials that the school may possess are not considered in this column.

** Items may be print or audio-visual materials, depending on the needs of the school. Replacements will be needed but have not been considered in this chart.

TABLE 3

MINIMUM SPACE FOR A SCHOOL LIBRARY MEDIA CENTRE

Number of Students in School	Basic Reading, Viewing, and Listening Area	Workroom	Office	Conference	Production	Multipurpose	Storage	Booth	TOTAL
1 - 250*	93m ² or 1000 sq.ft.	37.2m ² or 400 sq.ft.	14m ² or 151 sq.ft.	14m ² or 151 sq.ft.					158.2m ² or 1700 sq.ft.
251 - 500	186m ² or 2000 sq.ft.	37.2m ² or 400 sq.ft.	28m ² ** or 302 sq.ft.	28m ² or 302 sq.ft.	83.7m ² or 900 sq.ft.	40m ² or 431 sq.ft.	55.79m ² or 600 sq.ft.	4.65m ² or 50 sq.ft.	463.34m ² or 4981 sq.ft.
501 - above	279m ² or 3000 sq.ft.	37.2m ² or 400 sq.ft.	42m ² or 453 sq.ft.	28m ² or 302 sq.ft.	120m ² or 1292 sq.ft.	40m ² or 431 sq.ft.	55.79m ² or 600 sq.ft.	9.3m ² or 100 sq.ft.	574.99m ² or 6181 sq.ft.

* A school with fewer than 250 students should not go below this recommendation, and in this situation the workroom has to provide storage and production facilities.

** An office for production personnel is included.